CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O ÓLEO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Brasília, 11 de dezembro de 2019

PROFA. DRA. YARA SCHAEFFER NOVELLI

Professor Sênior, Livre-Docente
Instituto Oceanográfico
Universidade de São Paulo

Sócia-Fundadora do Instituto BiomaBrasil

Membro do Grupo de Especialistas em Manguezais UICN

Coordenadora-Geral do GT6 Manguezais – GAA Científico

O Panorama Atual do Meio Ambiente do Brasil e as Manchas Órfãs de Óleo

Profa Dra Yara Schaeffer Novelli

bioma brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
IO Instituto Oceanográfico

2019

Meio Ambiente

Cenários e Prioridades para a Sustentabilidade Ambiental no Brasil

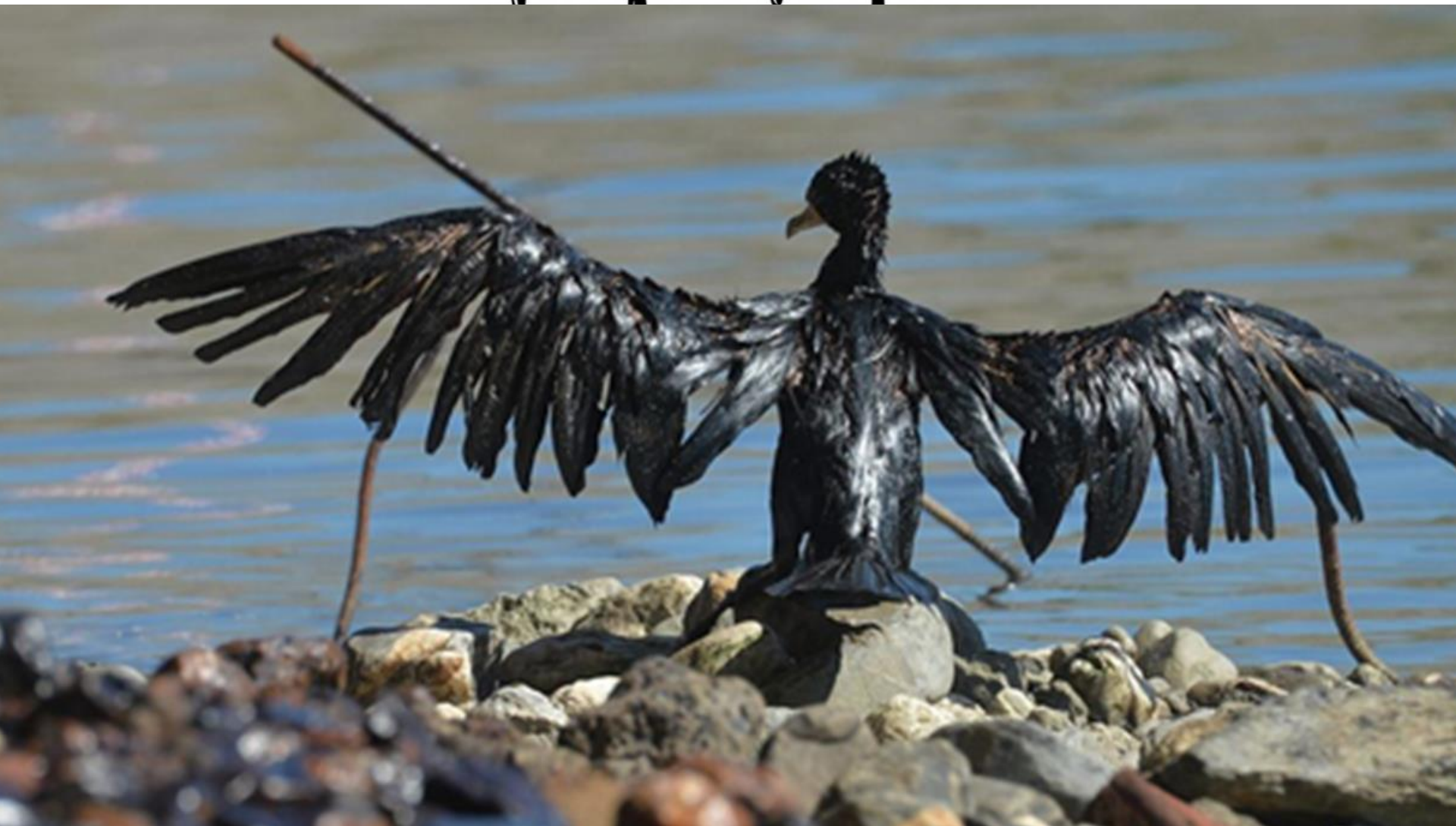
emergência climática

A CONFERIR...

BIODIVERSIDADE EM CHAMAS

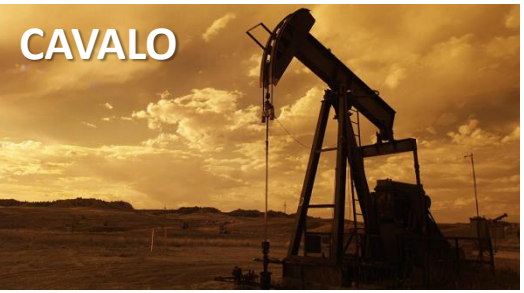
Ecossistemas Costeiros Tropicais

Peteróleo ao Mar

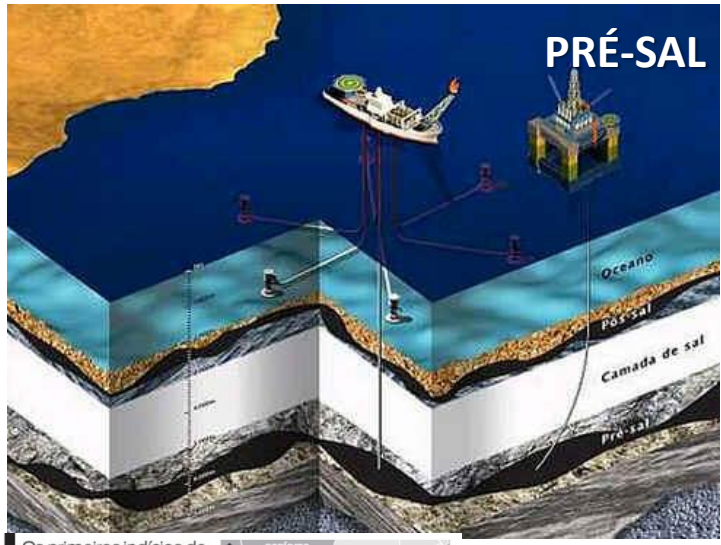


ECOSSISTEMAS COSTEIROS TROPICAIS

FONTES DE DERRAMAMENTOS NO AMBIENTE MARINHO



EXPLORAÇÃO



Chevron 2012

FONTES DE DERRAMAMENTOS NO AMBIENTE MARINHO

TRANSPORTE

ECOSSISTEMAS COSTEIROS TROPICAIS

O PIOR AINDA ESTÁ POR VIR

Limpeza para inglês ver

Efeitos biológicos .....

DERRAMAMENTO DE ÓLEO - CONSTRUÇÃO DA RIO-SANTOS

ROMPIMENTO DE OLEODUTO DA PETROBRÁS
13 DE OUTUBRO DE 1983

ACONTECEU HÁ MAIS DE 30 ANOS

Estudo de Caso

30 Anos Depois

OUTUBRO DE 2013

21 de dezembro de 1983

Tânia Maria de Camargo, Paulo Affonso Leme Machado, Raquel Rothleder Adaime, Célia Maria Almudena Afonso, Yara Schaeffer-Novelli (Perita Judicial)

LIÇÕES APRENDIDAS

CLC/1969
Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, ratificada pelo Brasil. Convenção de Bruxelas

MARPOL 1973/78
Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 2 de novembro de 1973, alterada pelo Protocolo de 1978, concluído em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, e emendas posteriores, ratificadas pelo Brasil.

OPRC/1990
Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, de 1990, ratificada pelo Brasil**.**

LEI No 9.966, DE 28 DE ABRIL DE 2000
Dispõe sobre a **prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo** e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. DECRETO Nº 4.136, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002 sanções

CONAMA 269/2000
Regulamenta o uso de **dispersantes químicos** em derrames de óleo no mar.

DECRETO Nº 4.871, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2003
Dispõe sobre a instituição dos **Planos de Áreas** para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

CONAMA 398/2008
Dispõe sobre o conteúdo mínimo do **Plano de Emergência Individual** para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos, e instalações similares, e orienta a sua elaboração.

DECRETO Nº 8.127, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013
Institui o **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional**, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.

LICÕES APRENDIDAS

Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo

Cartas SAO (https://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/cartas-de-sensibilidade-ao-oleo 2003)

Mapeamento de Área para Resposta Emergencial no Mar

MAREM (http://www.marem-br.com.br/ >2013)

AGOSTO DE 2019

4.000 km = 1/2 do litoral do Brasil

ACIONAMENTO DO PNC

Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional

Autoridade Nacional Operacional

Ministério do Meio Ambiente

POR QUE NÃO?

2019

EXTINTOS EM ABRIL

DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019

- Comitê Nacional das Zonas Úmidas - CNZU
- Comitê Executivo PNC
- Comitê de Suporte PNC

RECRIADOS EM NOVEMBRO

- Decreto 10.141, 29/11/2019

Institui CNZU, art. 2º VI, VII e VIII

- Decreto 10.139, 29/11/2019

Revogação de inúmeras normas (03/02/2020)

- .....

DESMANCHE DO MMA .....

[....] Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos/MMA, sem responsável por 6 meses.

[....] Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019
Art. 5º - A partir de 28 de junho de 2019, ficam extintos os colegiados de que trata este Decreto.

[....] Não acionamento do PNC - Plano Nacional de Contingência

[....] MP 900/2019, publicada DOU 18/10/2019

.....

OMISSÃO DO MMA

A omissão do MMA trouxe um cenário de falta de integração, de transparência e de articulação de ações e informações;

Além de dificultar a comunicação entre as instituições, entes federados, academia e sociedade, com prejuízos na orientação e alertas à sociedade sobre:

- cuidados com a chegada do óleo em praias e manguezais; e
- sobre os riscos ambientais e à saúde humana.

ASCEMA Nacional - Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, Ibama, ICMBio e SFB) sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro Em 14 de novembro de 2019.

INÉPCIA DO MMA

MMA emitiu ofício para Marinha do Brasil, designando-a como autoridade operacional para ações do Plano Nacional de Contingência, ficando órfãs as demais ações previstas no PNC.

MMA falhou ao não envolver as áreas técnicas relevantes, que poderiam apoiar prontamente no assessoramento das ações do GAA, a exemplo do INPE, do Cenima-Centro Nacional de Monitoramento de Informação Ambiental, da equipe do DILIC/IBAMA, do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos e do Gerenciamento Costeiro.

ASCEMA Nacional - Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, Ibama, ICMBio e SFB) sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro Em 14 de novembro de 2019.

INÉPCIA DO MAPA

O drama do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP

(1) letra *c) Não haverá pagamento a pessoas que não possuam o RGP, logo, a SAP/MAPA não fará nenhuma identificação, nesse momento, de pessoas que pratiquem a pesca sem registro.*

Atividade pesqueira

Pescadores: amadores e profissionais (Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, art. 2º, incisos XXI e XXII, respectivamente).

(1) Ofício Nº 972/2019/SE-MAPA 18 de novembro de 2019
Assunto: Inquérito Civil nº 1.35.000.001404/2019-68
Ref.: 21000.081419/2019-42
Lei 11.959/2009 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras.

INÉPCIA DO MAPA

O DRAMA DO DEFESO

Defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes (art. 2º, inciso XIX Lei 11.959, de 29 de junho de 2009).

MP Nº 908, 28/11/2019 – Auxílio emergencial pecuniário (RGP)

(1) Ofício Nº 972/2019/SE-MAPA 18 de novembro de 2019
Assunto: Inquérito Civil nº 1.35.000.001404/2019-68
Ref.: 21000.081419/2019-42
Lei 11.959/2009 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras.

PREVENÇÃO ?

O monitoramento aéreo ficou restrito a 10 km de distância da costa, enquanto os indícios do vazamento já indicavam que teria acontecido em alto mar, e;

Para uma busca mais efetiva da origem do vazamento, seria recomendado que ela acontecesse numa faixa de 200 a 800 km da costa.

A opção por monitoramento próximo à costa limitou-se a identificar a chegada do óleo na praia, medida não eficaz para apoiar as ações locais e para reduzir os danos ambientais

ASCEMA Nacional - Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, Ibama, ICMBio e SFB) sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro Em 14 de novembro de 2019.

ALERTA DA ASCEMA!

A situação do *GAA* e do *Comitê de Suporte* é de **informalidade perante os órgãos de controle**, uma vez que **não há ato normativo restituindo esses colegiados** (11/04/2019).

O **Brasil dispõe de arcabouço legal e de instituições qualificadas** que poderiam ter tratado com **clareza e eficiência** as funções específicas (PNC e respectivos comitês executivo e de suporte) .

ASCEMA Nacional - Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, Ibama, ICMBio e SFB) sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro Em 14 de novembro de 2019.

MORAL DA HISTÓRIA

IRRESPONSABILIDADE

A Secretaria de Pesca[1] do MAPA alega não pagar auxílio financeiro a pescadores, pescadoras e marisqueiras prejudicados pelas manchas de óleo por não haver sido identificada a fonte poluidora.

(1) Ofício Nº 972/2019/SE-MAPA 18 de novembro de 2019
Assunto: Inquérito Civil nº 1.35.000.001404/2019-68
Ref.: 21000.081419/2019-42

IRRESPONSABILIDADE

O IBAMA[1] não reconhece prejuízos das manchas de óleo em municípios que não estão diretamente na linha de costa, ignorando sobejamente o efeito das preamares.

(1) IBAMA - Nota Informativa nº 6411522/2019-SUPES-SE 14 de novembro de 2019
Proc. 022028.001630/2019-37
Interessado: MPF-PR Sergipe

IRRESPONSABILIDADE

(1) Mesmo sem conseguir conter efeitos do vazamento na costa e com alerta de emergência climática mundial, governo brasileiro avança com LEILÕES FÓSSEIS EM 2020.

(1) 350.org BRASIL 27 DE NOVEMBRO DE 2019
Gases de efeito estufa na atmosfera atingiram o novo recorde de 407,8 partes por milhão (PPM) em 2018, sendo que o limite seria 350 PPM.

QUE FALTA FAZ O PNC

MINISTÉRIO DA DEFESA ?

Gabinete de Crise

Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA

GAA Científico

7 Grupos de Trabalho (aos 15 de novembro de 2019)

Objetivos: discutir ações a curto, médio e longo prazos tanto de avaliação dos impactos decorrentes do derramamento do óleo, monitoramento, como dos processos de recuperação dos ecossistemas impactados.

Reunião presencial de 6 a 8 de dezembro, no Rio de Janeiro

Objetivo: traçar ações e metas de curto, médio e longo prazos.

GT6 – Manguezais

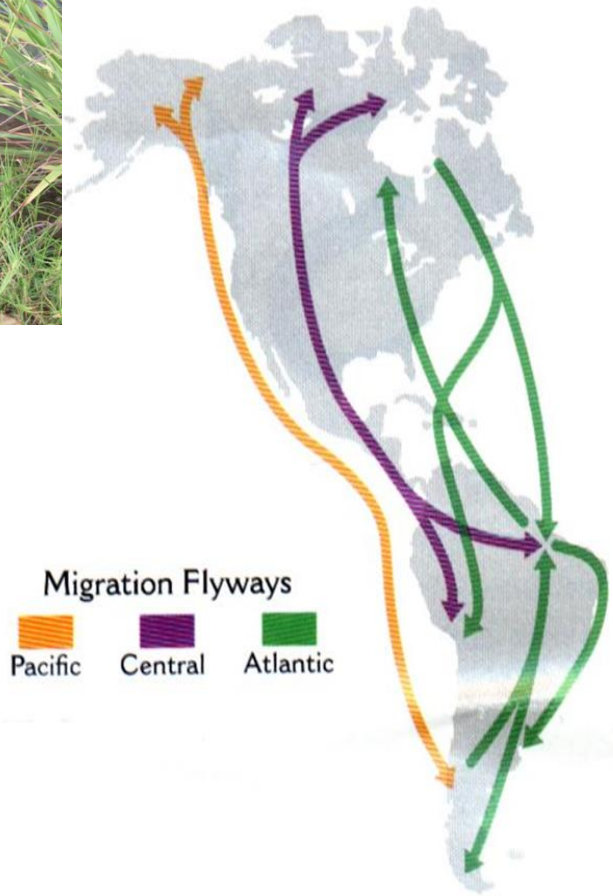
Proposta para **Contenção, Avaliação e Monitoramento de Impactos do Petróleo sobre o Ecossistema Manguezal**

QUE FALTA FAZ O PNC

2019

2019

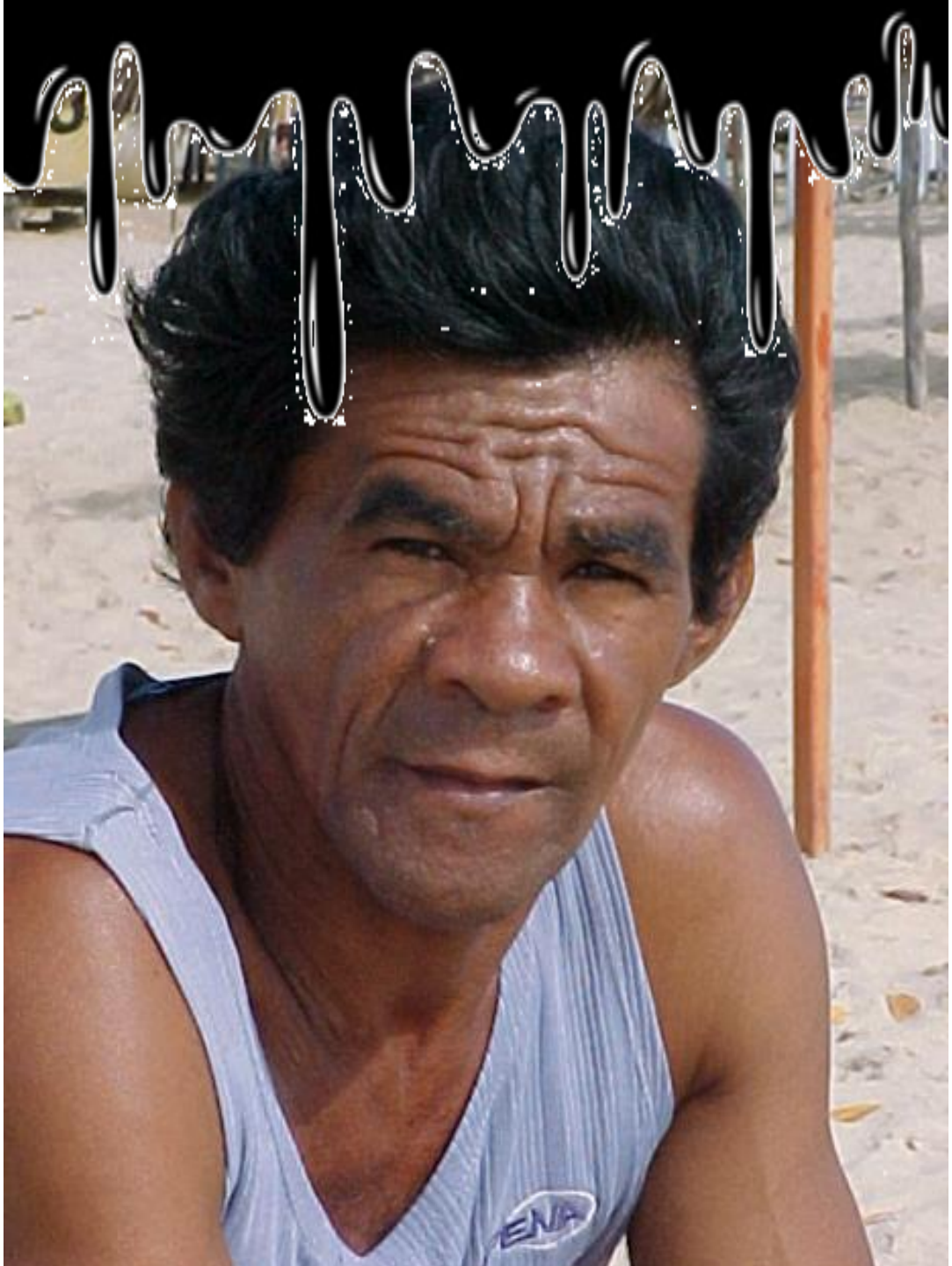
MAR
ÁGUA DOCE + ÁGUA SALGADA


Migration Flyways
Pacific
Central
Atlantic

AGORA O PROBLEMA DEIXOU DE SER APENAS AMBIENTAL PARA SER, TAMBÉM, SOCIAL

bioma brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto Oceanográfico



OBRIGADA

bioma brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
IO Instituto Oceanográfico